

Análise da Educação em Saúde nos Parâmetros Curriculares Nacionais a partir de uma nova perspectiva

Analysis of Health Education in the Brazilian “Parâmetros Curriculares Nacionais” from a new perspective

Tiago Venturi

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina / UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
tvtiago@hotmail.com

Adriana Mohr

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
amohr@matrix.com.br

Resumo

O texto analisa os Parâmetros Curriculares Nacionais com relação ao tema da Saúde a partir de uma nova perspectiva para este componente curricular: a perspectiva pedagógica para a Educação em Saúde na escola. Os resultados da análise permitem afirmar que as orientações curriculares analisadas, apesar de algumas inovações de interesse, não avançam na compreensão e proposição da Educação em Saúde na escola conforme os preceitos legais que estabelecem que a finalidade da educação é o desenvolvimento da cidadania. O texto sustenta que é necessário desnaturalizar e repensar a natureza e os objetivos da Educação em Saúde na escola, rompendo definitivamente com as origens desta atividade escolar que se localizam nas campanhas emergenciais de saúde pública.

Palavras chave: Educação em Saúde, objetivos da Educação em Saúde, Ensino de Ciências, Ensino Fundamental, Parâmetros Curriculares Nacionais.

Abstract

In this paper we analyze the *Parâmetros Curriculares Nacionais* concerning Health, from the point of view of Health Education in the school system. Our analysis show that although we detected a few interesting innovations, they do not succeed in attaining an understanding of health according to the legal precepts which establish the principle that the goal of education is to develop the notion of citizenship. Health education is taken for granted and its meaning and objectives are not a subject for discussion, being reduced to a series of precepts and recommendations.

Key words: Health education, objectives of health education, science teaching, secondary school, Parâmetros Curriculares Nacionais

Introdução

A Educação em Saúde (ES) origina-se do encontro de duas grandes áreas de conhecimento e práticas, a educação e a saúde, que, via de regra, apresentam objetivos, conteúdos e metodologias distintas e próprias a cada uma delas. Assim, não é de estranhar que quando tratada no espaço escolar e especialmente pelo Ensino de Ciências (EC), a ES apresente grande diversidade de compressões, conceitos, objetivos e práticas. A configuração do campo da ES no espaço escolar, bem como alguns de seus problemas e dificuldades, resulta deste amálgama que muitas vezes não foi suficientemente compreendido por seus atores (VENTURI e MOHR, 2011).

As atividades de ES na escola podem ser planejadas e desenvolvidas no currículo escolar por distintos atores: professores oriundos de diversas formações, profissionais da escola e profissionais da saúde. No entanto, de acordo com pesquisas de Mohr (2002) e Venturi (em desenvolvimento), geralmente a ES é desenvolvida por professores de Ciências e Biologia. É comum encontrar-se também, em aulas de ES, profissionais da saúde, oriundos dos serviços de saúde, chamados à escola pelos professores, direção ou mesmo por iniciativa dos serviços de saúde que vão à escola.

Atividades relacionadas ao tema da Saúde são presença constante na escola desde há muito tempo. Contudo, o formato curricular destas atividades foi diverso. Em passado recente havia a presença dos Programas de Saúde. A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a Saúde passou a integrar a categoria dos Temas Transversais (TTs). Uma das características dos PCNs é a constante menção à necessidade da educação para a cidadania, que constitui o alicerce básico da educação nacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Os próprios TTs são uma tentativa de implementação desta orientação. No entanto a leitura do capítulo destinado à Educação em Saúde e de sua relação com o Ensino de Ciências (EC) nos PCNs revela aspectos contraditórios, uma vez que o desenvolvimento de certos hábitos, atitudes e comportamentos parece ser o fundamental na ES.

A perspectiva da alfabetização científica como forma de capacitar os indivíduos para escolhas autônomas e conscientes traz elementos importantes para o exame do tema da ES na escola. Especialmente a proposição de uma perspectiva pedagógica para a ES na escola (MOHR, 2002) parece ser interessante para refletirmos sobre a presença e objetivos de temas relacionados à saúde na escola. Desta forma, o objetivo da presente investigação é analisar os objetivos e conteúdos propostos pelos PCNs para a ES na escola a partir destas novas abordagens. O presente texto faz parte de um estudo maior, em etapa final de desenvolvimento, que objetiva analisar as relações estabelecidas na escola por professores de Ciências e profissionais de saúde na abordagem do tema Saúde no espaço escolar.

Educação em Saúde na escola: da campanha à autonomia

Entendemos a ES realizada na escola como *“atividades realizadas como parte do currículo escolar, que tenham uma intenção pedagógica definida, relacionada ao ensino-aprendizagem de algum assunto ou tema relacionado com a saúde individual ou coletiva”* (MOHR, 2002).

No entanto, e ainda de acordo com esta autora, apesar da relação existente entre ES e o EC e de sua importância no espaço educacional, a forma como a ES vem sendo desenvolvida na escola negligencia as características e objetivos da escolarização, carecendo assim de uma perspectiva pedagógica. Tal afirmação ampara-se no fato de que as atividades de ES na escola vêm dando ênfase a uma apresentação simplista de conteúdos, pressupondo que o processo

educacional resume-se à veiculação de informações, desconsiderando totalmente os fatores cognitivos envolvidos nos comportamentos relativos à saúde (MOHR, 1999 e 2002). Desta forma, podemos afirmar que as atividades designadas como ES na escola, via de regra, são desenvolvidas de forma naturalizada e acrítica e tem sua origem nas campanhas emergenciais de saúde pública e em estratégias de marketing ali utilizadas; além disto possuem como únicos ou principais objetivos a mudança de comportamento e a adoção de hábitos e atitudes considerados saudáveis. Por mais importantes que sejam estas ações no âmbito da saúde pública, elas não podem confundir-se com aquelas de competência e de atribuição do professor cuja ação pauta-se no processo ensino-aprendizagem visando desenvolvimento de raciocínio, reflexão e capacidade de análise e crítica.

Uma revisão bibliográfica sobre o tema da ES mostra que são abundantes os trabalhos que se ocupam em descrever e analisar práticas relacionadas à saúde no ambiente escolar. Contudo, o questionamento da natureza, da pertinência de tais práticas e uma reflexão sobre seus objetivos são muito raros. Os trabalhos de Mohr (1999, 2002 e 2009), bem como o de Jucá (2008) e o de Venturi e Mohr (2011) abordam esta problemática. Antes deles e na origem de muitas de suas análises estão as proposições de Fourez *et al* (1997) sobre as finalidades da educação e sobre a alfabetização científica.

A Educação em Saúde como tema transversal

Em 1996 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que em seu Artigo 1º determina que *“a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”*. A LDBEN não se refere à ES, mas determina o *“atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”* (BRASIL, 1996, p. 2). Tais ações são importantes, mas possuem caráter de assistência e destinam-se à mitigação de problemas de saúde dos estudantes (como combate a parasitas, prevenção de cáries e exames oftalmológicos, por exemplo) e não poderiam ser confundidas com a ES desenvolvida como parte das atividades curriculares escolares. A LDBEN também é clara quando estabelece em seu segundo artigo que *“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (BRASIL, 1996, pág.1).

Para implementar o que determinou a nova legislação, foi promulgado em 1998 a resolução que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (DCNs) (BRASIL, 1998a). Esta resolução e o parecer que lhe deu origem (BRASIL, 1998b) definem que a função maior da escola é preparar os estudantes para uma vida cidadã: *“O significado que atribuímos à Vida Cidadã é o do exercício de direitos e deveres de pessoas, grupos e instituições na sociedade que, em sinergia, em movimento cheio de energias que se trocam e se articulam, influem sobre múltiplos aspectos, podendo, assim, viver bem e transformar a convivência para melhor. Assim as escolas com suas propostas pedagógicas estarão contribuindo para um projeto de nação, em que aspectos da Vida Cidadã, expressando as questões relacionadas com a Saúde, a Sexualidade, a Vida Familiar e Social, o Meio Ambiente, o Trabalho, a Ciência e a Tecnologia, a Cultura e as Linguagens, se articulem com os conteúdos mínimos das Áreas de Conhecimento.”* (BRASIL, 1998b, pág. 9).

As DCNs, por sua vez, foram operacionalizadas através dos PCNs (Brasil, 1997 e 1998c). Esta orientação curricular institui uma modalidade chamada Tema Transversal (TT)

em grande parte responsável por abordar na escola temas importantes para a formação cidadã, conforme determinado pela lei. Para Mohr (2009) os PCNs tornaram-se referência para projetos nacionais da política educacional, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e como base para orientações curriculares regionais e locais. Desta forma, uma análise mais detalhada sobre os PCNs, como a que se segue, é de extrema importância, pois eles influenciam a prática do professor direta e indiretamente. (Mohr, 2002).

A análise dos PCNs com relação aos fundamentos, objetivos e conteúdos do tema Saúde permite afirmar que estes ainda possuem concepções de ES que se assemelham com os antigos Programas de Saúde desenvolvidos na escola (JUCÁ, 2008). De acordo com esta autora a tentativa de dissociar a ES dos aspectos sanitários e da higiene do corpo, propondo uma nova abordagem que fosse discutida por diversas áreas do conhecimento, não foi totalmente efetivada, mesmo com a ES aparecendo como um dos seis temas transversais.

Os PCNs do Ensino Fundamental compõem-se de dois conjuntos de documentos que dizem respeito aos anos iniciais (1ª a 4ª série) e aos anos finais desta etapa da escolaridade (5ª a 8ª série). No que diz respeito ao tema em tela, podemos analisar estes dois blocos como um único conjunto, uma vez que as diferenças dizem respeito apenas a forma de redação, não alterando seu conteúdo, que permanece comum aos dois. Os PCNs que tratam do tema transversal Meio Ambiente e Saúde trazem os seguintes entendimentos: *“A saúde deve ser compreendida como reflexos da ‘maneira como vivem’ os indivíduos e os grupos sociais, favorecendo avaliações que levam em consideração ‘as relações com o meio físico, social e cultural’, cabendo à escola, no contexto da educação para a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva, assim, a renovação dos enfoques no setor implicam, sobretudo na formação do aluno para a cidadania.”* (BRASIL, 1997, p.66),

Para alcançar tais objetivos o documento propõe a transversalidade: caminhos que conectam os TTs a várias disciplinas do currículo. Para os PCNs, ao trabalhar a ES como tema transversal, é possível atuar em prol da melhoria dos níveis de saúde pessoal e da coletividade.

Este documento dá grande importância à promoção de saúde, que *“... se faz por meio da educação em saúde, da adoção de estilos de vida saudáveis, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, da produção de um ambiente saudável”* (BRASIL, 1997, p.93). Desta forma, os PCNs consideram a ES quase como um sinônimo de promoção da saúde, como estratégia para conquistar a cidadania, objetivando o desenvolvimento de uma consciência sanitária da população, sendo ainda a aquisição de hábitos e atitudes as dimensões mais importantes. Ao mesmo tempo os PCNs reconhecem que *“a escola, sozinha, não levará os alunos a adquirirem saúde. Pode e deve, entretanto fornecer elementos que os capacitem para uma vida saudável”* (BRASIL, 1997, p. 90). Estes elementos poderão ser dados por um trabalho pedagógico cujo enfoque principal é na saúde e não na doença: *“Por isso o desenvolvimento de conceitos deve ter como finalidade subsidiar a construção de valores e a compreensão das práticas de saúde favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento”* (BRASIL, 1997, p.98).

Estes pequenos excertos permitem identificar paradoxos e contradições presentes no texto dos PCNs: ao mesmo tempo que há elementos que vêem o conhecimento e a educação como emancipatórios e de autonomia para o homem, o texto deixa claro que há valores e práticas corretas, determinadas a priori e que precisam ser seguidas para que se alcance a saúde.

Analisando os PCNs sob a perspectiva de Mohr (2002), acreditamos que o documento se contradiz e não consegue diferenciar o trabalho de ES em uma perspectiva pedagógica e

aquele desenvolvido pelas campanhas emergenciais de saúde pública nas quais a meta principal é diminuir taxas de morbi-mortalidade. Assim, verificamos que os objetivos das campanhas são mudanças de comportamentos, formação de hábitos e atitudes, deixando os conceitos e os conhecimentos subordinados às mudanças que devem ocorrer. Ao contrário, na perspectiva pedagógica da ES, os conteúdos e conceitos são protagonistas e trabalhados como forma de buscar a construção de conhecimentos que proporcionem reflexão e autonomia para que o indivíduo possa fazer suas escolhas. As contradições apontadas anteriormente tornam os PCNs, documentos repletos de orientações normativas e prescritivas, que determinam o certo e o errado, de acordo com um padrão pré-estabelecido e que não leva em conta a realidade cultural, social e familiar do aluno. Mohr (2009) afirma que *“A partir do momento em que a escola renuncia a um de seus objetivos principais (aquele de desenvolver nos alunos conceitos, raciocínio e crítica), não há mais a necessidade desta instituição na sociedade. Deve-se ter muito claro como princípio, que valores, comportamentos e hábitos devem ser desenvolvidos e praticados a partir da possibilidade de escolha e de conhecimentos e conceitos tornados significativos. Caso contrário, condena-se a escola a ser uma instituição destinada apenas à propaganda e à modelagem de comportamentos”* (p. 123).

Apesar da presença e orientações sobre a transversalidade do tema Saúde, os PCNs de Ciências Naturais vinculam a ES ao EC: ele é o responsável por desenvolver no aluno a capacidade de *“compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes”* (BRASIL, 1998c, p.33)

Apesar de a temática Saúde ser considerada um tema transversal, trabalhos anteriores e nossa experiência mostram que há uma ligação privilegiada da disciplina de Ciências com a temática da Saúde.

Jucá (2008) analisou os PCNs de Ciências Naturais com o intuito de investigar conteúdos e enfoques propostos para a ES dentro da disciplina de Ciências. Esta autora afirma que a ES assume diferentes perspectivas, dependendo do estágio do ensino fundamental em que se está trabalhando: o primeiro e o segundo ciclos (anos iniciais) são destinados aos hábitos que podem influenciar na sanidade dos indivíduos e exploram de forma superficial os fatores ambientais e agentes etiológicos, que devem ser aprofundados nos ciclos seguintes. No terceiro e quarto ciclos os objetivos dos conteúdos estão centrados nas compreensões das relações entre corpo, ambiente, sociedade e cultura para a aquisição de hábitos saudáveis. No entanto, os conteúdos apresentados para atingir tais objetivos retornam às raízes da ES no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, que apresentavam como objetivos para a ES o desenvolvimento de comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida (SILVA *et al.*, 2010). Os conteúdos indicados para os trabalhos nos terceiro e quarto ciclos, enfatizam a anatomia e a fisiologia do corpo humano, bem como retomam a necessidade de falar de doença para trabalhar ES.

Considerações Finais

Pelo exposto, consideramos que os PCNs apresentam inovações, mas continuam negativamente arraigados aos antigos Programas de Saúde e à Higiene, demonstrando que antigas e inadequadas maneiras de compreender ES ainda não foram superadas. Nossa análise permite afirmar que estas orientações curriculares são anacrônicas e estão em rota de colisão tanto com os objetivos legais para a educação brasileira quanto com aqueles aceitos como fundamentais no processo de escolarização, quais sejam ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que permitam pensamento crítico, autônomo e consciente.

Apesar da compreensão da saúde ter mudado muito nas últimas décadas, passando de atributo exclusivamente individual para tornar-se um processo mais amplo, dinâmico e com cunho socioeconômico, cultural e ambiental, os PCNs continuam orientando professores no desenvolvimento de atividades de ES com características da primeira metade do século XX. Documentos de importância e influência nacional, como os PCNs, não poderiam apresentar enfoques e objetivos comportamentalistas e sanitaristas, inadequados para os objetivos que se pretende para educação escolar e para o EC.

Conceitos e objetivos da ES na escola precisam ser revistos e repensados. Um dos problemas para isto é que ainda são poucos os trabalhos que questionam as raízes epistemológicas e axiológicas da ES na escola. Esta lacuna na produção de conhecimento reflete-se na formação de professores, que continua a reproduzir modelos e conceitos naturalizados e anacrônicos. No caso dos professores de Ciências Naturais seria desejável que a formação inicial nos cursos de licenciatura incluísse também a discussão sobre a natureza, origens e objetivos da ES. Conceitos da Didática das Ciências (concepções, obstáculos, transposição didática) e aqueles relacionados à Alfabetização Científica (autonomia, comunicação e habilidade de saber e poder fazer) (FOUREZ *et al.* 1997) seriam interessantes ferramentas cognitivas para os futuros professores. Na formação continuada uma das estratégias poderia ser a análise e a reflexão sobre as práticas desenvolvidas na escola com o intuito de problematizar objetivos, conteúdos e expectativas, desnaturalizando assim, uma rotina de certezas nunca questionadas.

Afirmamos que a reflexão sobre a ES na escola baseada nos princípios da Alfabetização Científica traz perspectivas interessantes e necessárias. Sendo assim, a ES escolar, desenvolvida por qualquer um de seus atores, deve proporcionar ao aluno o desenvolvimento de conhecimentos e capacidade de autonomia e de reflexão. Acreditamos que *“A ES escolar deve distinguir-se daquela realizada pelas campanhas ou por outros profissionais cujo objetivo final e principal é conseguir modificar um comportamento, reduzindo a frequência de atitudes consideradas de risco e estimulando aquelas consideradas saudáveis. Do contrário, esta atividade pode conspurcar a função primeira e principal da instituição escolar que é o desenvolvimento de capacidades cognitivas, do senso crítico e da autonomia do indivíduo, através de conhecimentos, natureza e filosofia das artes, letras e ciências: patrimônio acumulado que caracteriza a humanidade como tal. (...) A ES deve ser encarada pela escola como objetivo geral de desenvolvimento e capacitação humana. Ela não deve ser considerada uma atividade-meio através da qual, em curto prazo, se atingirão determinadas atitudes, hábitos e comportamentos. (...) A ES na escola deve ser considerada, na realidade, um objetivo ao qual se chega de forma indireta”* (MOHR, 2002, p. 241 e 242).

Assim, investigações como esta podem contribuir para repensar a ES na escola, seus objetivos, suas metodologias e os documentos oficiais que tratam do tema. Julgamos fundamental e urgente que se construa uma identidade verdadeiramente pedagógica para a ES, ou seja, que permita e desenvolva a reflexão e a autonomia do aluno frente a sua saúde.

Referências

- BRASIL, 1996. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 23 abr. 2012
- BRASIL, 1997. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- BRASIL, 1998a. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB 02/98. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf> Acesso em 05 mai. 2012.
- BRASIL, 1998b. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB 04/98. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf> Acesso em 16 jul. 2011.
- BRASIL, 1998c. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiros e quartos ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FOUREZ, G; et al. Alfabetización científica y técnica. Argentina: Ediciones Colihue, 1997.
- JUCÁ, R.N. Educação e Saúde: Contextos e Concepções. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Salvador: UFBA, 2008.
- MOHR, A. Contribuições da Didática das Ciências para a Educação em Saúde. II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). Valinhos, SP: 1999.
- MOHR, Adriana. A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências. Tese de Doutorado-Centro de Ciências da Educação, UFSC. Florianópolis: 2002.
- MOHR, Adriana. Ensino de Ciências e Biologia e Educação em Saúde: Análise das Proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental). In: JOFILI, Z; ALMEIDA, A (Orgs). Ensino de Biologia, Meio Ambiente e Cidadania: Olhares que se Cruzam. Recife: Ed. Univers. UFRPE. 2009 (a).
- SILVA, C.M.C.; MENEGHIM, M.C.; PEREIRA, A.C.; MIALHE, F.L. Educação em Saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciências & Saúde Coletiva**, v.15, n. 5, p. 2539-2550, 2010.
- VENTURI, T.; MOHR, A. Análise da Educação em Saúde em publicações da área da Educação em Ciências. VIII Encontro de Pesquisa em Educação e I Congresso Iberoamericano de Investigação e Ensino de Ciências, UNICAMP. 2011.